

resenha bibliográfica/book review

Francisco F. Monteoliva Doratioto

Professor Adjunto da Universidade Católica de Brasília

Professor no Instituto Rio Branco

Figueira, Divalte Garcia. *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2001. 215 p.

A Guerra do Paraguai constitui um marco na história do Brasil. Foi o primeiro acontecimento histórico em que todas as regiões do País estiveram representadas em uma causa comum. Não constitui exagero afirmar que o conflito contribuiu para a construção da identidade nacional, para o sentir-se brasileiro. Também não é exagero afirmar que o conflito serviu como catalisador das contradições internas do Estado Monárquico.

Para vencer a Guerra, o Império organizou um Exército numeroso, que desenvolveu espírito de corpo nos campos de batalha, e que, ao retornar vitorioso ao Brasil, dissociou-se da Coroa e identificou-se com a Nação, tornando-se instrumento do golpe de Estado que proclamou a República. Como consequência dos gastos no Paraguai, as finanças públicas brasileiras tornaram-se deficitárias e, em 1888, quando a Princesa Izabel aboliu a escravidão, não pôde atender os reclamos dos proprietários de escravos para serem indenizados pelo que consideravam ser a desapropriação, pelo Poder Público, de sua propriedade privada. Dessa forma, o Estado Monárquico perdeu sua base política de apoio, facilitando a Proclamação da República.

Essas repercussões do conflito, além da própria perda de soldados brasileiros — uns 50 mil mortos em uma população de 9,5 milhões —, levaram a Guerra do Paraguai a fazer parte do imaginário nacional. Ela está presente em nomes de ruas, praças, datas cívicas, e contribuiu para a escolha dos patronos do Exército e da Marinha. Apesar de tamanha importância, somente nos últimos anos o mundo acadêmico tem

produzido, sobre ela, estudos históricos mais objetivos e esclarecedores.

O marco dessa nova fase da historiografia sobre o assunto foi O *Expansionismo Brasileiro* de Luiz Alberto Moniz Bandeira [Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985] seguido, cronologicamente, por Ricardo Salles, com *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército* [Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990]; Francisco Doratioto, com *A Guerra do Paraguai; Segunda visão* [São Paulo: Brasiliense, 1991], *O Conflito com o Paraguai; a grande guerra do Brasil* [São Paulo: Ática, 1996] e *Maldita Guerra; nova história da Guerra do Paraguai* [São Paulo: Companhia das Letras, 2002]; Wilma Pores Costa, com *A espada de Dâmocles; o Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império* [São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1996]; Alfredo Menezes Alfredo da Mota Menezes, com *Guerra do Paraguai; como construímos o conflito* [São Paulo: Contexto; Cuiabá: EdUFMT, 1998]; Marco Antônio Cunha, *A Chama da Nacionalidade; ecos da Guerra do Paraguai* [Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: 2000] e André Toral, *Adeus amigo brasileiro* [São Paulo: Companhia das Letras, 1999] e *Imagens em desordem* [São Paulo: Humanitas, 2002]. São trabalhos que, à exceção de Cunha e de Toral, se preocupam com a origem do conflito, suas repercussões e, no caso do autor desta resenha, também com sua evolução político-militar. Faltam, porém, estudos pontuais sobre diferentes aspectos relacionados à Guerra do Paraguai.

Eis, porém, que oportunamente é publicada, sob o título de *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*, a Dissertação de Mestrado defendida por Divalte Garcia Figueira no Departamento de História da Universidade de São Paulo. O importante tema do fornecimento de suprimentos, por parte de comerciantes, ao Exército brasileiro em operações contra o Paraguai, não tinha, até esse livro, sido devidamente explorado. Sabia-se, por referências em livros de memórias, da importância desses fornecimentos, pagos a peso de ouro pelo Tesouro brasileiro.

Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai está estruturado em seis capítulos, escritos de forma clara e precisa. O Autor fez boa pesquisa bibliográfica e o livro se assenta principalmente sobre fontes primárias, quer impressas, quer em documentos depositados em arquivos no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nestes encontram-se, certamente, as informações mais relevantes sobre o tema, embora dados adicionais talvez pudessem ter sido também encontrados em arquivos goianos, mineiros e mato-grossenses.

Nos três primeiros capítulos há uma competente descrição do qua-

dro econômico brasileiro à época da Guerra; das repercussões do conflito quanto a seu custo financeiro e, ainda, da evolução industrial após 1864. O quarto capítulo trata da espinhosa questão das compras, pagamentos e fiscalização dos suprimentos destinados às tropas brasileiras. Foram muitas as acusações de desvio de dinheiro público, de preços superestimados e da ação de comerciantes inescrupulosos. O próprio ministro da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz afirmou, na Câmara dos Deputados, em julho de 1866, que houve um "conluio entre os importadores, a fim de fazer subir a matéria prima [para fardamento] a altos preços; alguns havia que andavam varrendo todos os armazéns e todas as pequenas lojas de certos artigos para imporem o preço" (p. 63). Joaquim Nabuco, em *Um estadista no Império*, ao tratar do assunto quando da invasão paraguaia do Rio Grande do Sul, afirmou que "a guerra era uma cornucópia inesperada que se derramava sobre a província" gaúcha, com os partidos acusando-se mutuamente de "falta de moralidade" no pagamento, com dinheiro público, dos fornecedores de suprimentos (v. I, p. 533-534).

A guerra contra o numeroso Exército paraguaio, travada longe do Brasil durante cinco anos, exigiu a mobilização, pelo Império, de grande quantidade de homens e da obtenção de víveres e suprimentos militares. A falta de indústrias brasileiras que atendessem à demanda desses suprimentos, levou o Governo Imperial a comprá-los no exterior e, ainda, a fabricá-los em manufaturas estatais, pertencentes aos ministérios militares. Divalte Garcia Figueira relata o papel, no fornecimento desses suprimentos, do Arsenal de Guerra do Exército — que, em 1861, empregava 505 operários, parte deles escravos —, da Fábrica de Pólvora da Estrela e do Arsenal da Marinha, maior do que seu congênere da força terrestre, que produziu 15 navios entre 1863 e 1868. Foi deste arsenal que saíram os cinco monitores que, por seu pequeno calado e mobilidade, tiveram grande importância nas ações do rio Paraguai e, em fevereiro de 1868, na ultrapassagem da fortaleza de Humaitá.

Nos dois últimos capítulos do livro, "Transporte e comunicação" e "Os contratos com os fornecedores de víveres", encontra-se a maior parte das informações inéditas pesquisadas pelo Autor. Tem-se, aqui, o relato das dificuldades de transportar suprimentos para a Província do Mato Grosso, invadida logo no início da Guerra; para o Rio da Prata e, mesmo, para o sul do Brasil. Para chegarem àquela Província, distante e isolada do resto do País, os suprimentos eram levados em carroças ou tropas de mulas por 2,4 mil quilômetros de caminhos pouco conheci-

dos, sob ameaça de salteadores e percorrendo sertões onde faltavam recursos para a alimentação dos animais e das pessoas. Ajornada, de São Paulo a Mato Grosso demorava seis meses ou mais, havendo casos em que a remessa chegou um ano depois de enviada. O transporte para o teatro de operações no Rio da Prata era mais fácil, pois pôde ser feito por navios. Mas, ainda assim, houve excesso de despesas, o que também ocorreu na utilização da via terrestre. Portanto, conclui Divalte Garcia Figueira, os diferentes meios de transporte, enfrentando longas distâncias e dificuldades de todo tipo, "eram um sangradouro por onde se esvaíam os recursos do Tesouro" (p. 121).

O abastecimento de víveres para o Exército brasileiro no Paraguai era complexo e o Governo Imperial desistiu da alternativa de atendê-lo por meio de um comissariado do Exército. A opção que parecia a mais ágil e prática para esse fornecimento foi a contratação de comerciantes, embora, em alguns momentos, tenha-se recorrido a outras fontes. Esclarece o Autor que a contratação de fornecedores particulares seguia uma lei de 1829, que regulamentava o processo de licitação, definia quais víveres deveriam ser adquiridos (farinha, carne fresca, arroz, toucinho, sal e lenha) e, conforme outro ato legal, de 1828, em que se estipulava as quantidades.

No início da Guerra, contratos de fornecimento dos dois Corpos de Exército foram celebrados em caráter quase emergencial e por diferentes autoridades, gerando discrepâncias de preços. Foram fornecedores comerciantes brasileiros que, a partir de meados de 1866, foram substituídos, no Primeiro Corpo, pelos argentinos Ambrosio Plácido Lezica e Anacarsis Lanús. Com essa troca, afirma Divalte Garcia Figueira, melhorou a qualidade da comida fornecida à tropa brasileira e foram obtidos preços menores. O Segundo Corpo, porém, continuou a ser atendido por José Luiz Cardoso de Salles, a preços maiores do que aqueles praticados por Lezica e Lanús, fato que causou indignação do Senador Pompeu e de muita gente no Rio de Janeiro. No início de 1867, Salles foi substituído por Antônio Gomes Pereira e, este, mais tarde, por Lezica e Lanús, que permaneceram como fornecedores do Exército brasileiro, no teatro de operações, até o final da Guerra.

Concluído o conflito, o Governo Imperial avaliou o sistema de fornecimento de víveres e vários chefes militares, que estiveram no Paraguai, criticaram o sistema de contratar particulares. O Visconde de Pelotas, por exemplo, afirmou que um comissariado do Exército, composto de homens bem pagos, "trará ao Estado, em caso de guerra, uma economia de 40 por cento sobre as importâncias que seriam gastas sem ele".

Ângelo Muniz da Silva Ferraz, ministro da Guerra nos anos de 1865 e 1866, defendeu a contratação de fornecedores particulares, argumentando que nos depósitos oficiais de mantimentos "é fácil o extravio, principalmente entre nós, onde se diz que os bens da nação a ninguém pertencem, são dos *primi capientis*" (p. 154,156).

O fato é que a Guerra do Paraguai custou ao Tesouro Imperial a enorme soma de 613 mil contos de réis (cerca de 60 milhões de libras, aos preços da época), valor equivalente a vinte ferrovias Santos-Jundiaí, obra de difícil e custosa engenharia inaugurada em 1867. Eram recursos desviados do setor cafeeiro, os quais, constata Divalte Garcia Figueira, não transformaram o Estado em fomentador da industrialização brasileira, mediante encomendas à indústria nacional. A maior parte desse dinheiro foi para o exterior, na forma de salários das tropas, afretamento de navios, suprimentos bélicos e na compra de víveres, em grande parte de comerciantes argentinos. Esclarece o Autor que mesmo as fábricas mantidas pelos ministérios militares, receptoras de grandes investimentos para atender às demandas da Guerra, empregavam matéria-prima importada; todo o ferro vinha das siderúrgicas inglesas. Enquanto os pedidos eram dirigidos ao exterior, "as manufaturas particulares minguavam por falta de pedidos, como ocorreu com o estaleiro e fundição da Ponta de Areia" (p. 177). Nas palavras Barão de Cotegipe: "o consumo da guerra é todo em pura perda; nada fica no país, tudo sai" (p. 176).

Divalte pergunta-se por que as coisas se passaram dessa forma. Conclui que se tornou predominante na elite política brasileira a convicção de que, com o dinheiro das exportações de café, poder-se-ia pagar a importação dos produtos que o País não produzia. A consequência dessa lógica foi aceitar a "divisão internacional do trabalho" e "essa determinação político-ideológica contribuiu para que o impulso criado pela Guerra fosse desviado para fora" (p. 177). Esse foi, de fato, o pensamento da elite da época. Contudo, deve-se considerar que a prioridade era vencer a Guerra do Paraguai e, para tanto, necessitava-se, com urgência, de material bélico. Haveria condições militares de se esperar esse fornecimento por indústrias brasileiras, que demorariam mais para produzir do que se ele fosse importado? Também se coloca a indagação sobre qual outra alternativa restava ao Governo Imperial, que não a de comprar víveres na Argentina, para suprir suas tropas entrincheiradas, durante quase dois anos e em duríssimas condições, diante de Humaitá?

O certo é que os gastos com a Guerra do Paraguai foram preju-

diciais à economia brasileira. Investimentos deixaram de ser feitos na ampliação da infra-estrutura, exigida pela agroexportação, e em outras partes da economia; atenções foram desviadas da busca de alternativa ao uso de mão-de-obra escrava, condenado historicamente, e força de trabalho considerável — calcula-se que o Brasil enviou para a guerra uns 138 mil homens — foi esterilizada no Paraguai.

O trabalho de Divalte Garcia Figueira supre uma lacuna no conhecimento histórico sobre a Guerra do Paraguai. É um exemplo a ser seguido por outros pesquisadores, de modo a melhor conhecermos as condições em que o conflito foi travado.